

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

Greve por tempo indeterminado dos servidores do Judiciário Federal

Caro(a) cidadão(ã) mineiro(a),

Comunicamos-lhe que, em assembleia realizada no último dia 3, nós, servidores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais (Justiça Eleitoral, Justiça Federal, Justiça do Trabalho e Justiça Militar Federal), decidimos entrar em Greve por Tempo Indeterminado a partir de segunda-feira, 08/09/14. Não queríamos chegar a essa situação. Porém, já nos cansamos de ser enrolados nessa luta, que já dura oito anos, pela aprovação da revisão do nosso salário no Congresso Nacional.

De um lado, temos um governo federal que alega não ter verba para o nosso reajuste, mas abre os cofres públicos para pagar juros altíssimos aos banqueiros e acabou de “banciar” uma Copa do Mundo que só rendeu altos lucros para a FIFA, a CBF e megaempresários da construção civil que costumam “comprar” tal preferência com as generosas fortunas doadas em campanhas eleitorais. De outro, temos as sucessivas administrações do STF (Supremo Tribunal Federal) que, em razão de os ministros que o integram serem indicados pelo chefe do Executivo, acabam se tornando subservientes ao governo. Em razão dessa relação obscura, por duas vezes (em 2011 e neste ano de 2014), a presidente Dilma retirou do Orçamento do Judiciário Federal a verba que seria destinada à implementação da nossa revisão salarial, numa clara demonstração de desrespeito à autonomia do Poder Judiciário, prevista na Constituição Federal. E não podemos nos esquecer da mais do que conhecida submissão do Congresso Nacional, que só aprova leis se houver o “sinal verde” do Palácio do Planalto. Nada se importam com o serviço público e os prestadores desse serviço são relegados ao desprezo, ao esquecimento.

Como vê, situamo-nos diante desse jogo que se estabelece entre os poderes, prensados e apequenados numa correlação de forças em que o diálogo nunca nos favorece. Daí a necessidade de irmos, mais uma vez, à luta. Agora, pela aprovação do PL 7920/2014, mais um projeto que o STF enviou ao Congresso tratando da nossa revisão salarial. Esperamos que este seja o definitivo. Que o governo finalmente admita que precisa pelo menos amenizar a nossa defasagem salarial e que o Supremo e o Congresso façam valer a independência e autonomia que devem prevalecer entre os Poderes.

Nossa preocupação é com a qualidade e a celeridade da prestação jurisdicional. Você é o centro das nossas atenções. Contamos com o seu apoio e sua compreensão.

Belo Horizonte, 4 de setembro de 2014.

Servidores do Poder Judiciário Federal
SITRAEMG



SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER
JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE
MINAS GERAIS